



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE
POSTO DE TRABALHO COM FORNECIMENTO DE MÃO-
DE-OBRA DEDICADA PARA SERVIÇOS CONTINUADOS
DE COPEIRAGEM**

Com base na Lei nº 14.133/21 e regulamentos estaduais vigentes



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

SUMÁRIO

1. DO OBJETO

- 1.1. Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico para a contratação de prestação de serviços contínuos de copeiragem, com dedicação de mão de obra exclusiva, visando suprir necessidade de setores da UENF, de acordo com as condições e especificações constantes neste Termo de Referência, Anexos e no Edital, sob a égide da Lei nº 14.133/2021.
- 1.2. Justificativa da contratação
- 1.3. Instrumentos de planejamento
- 1.4. Disponibilidade Orçamentária e Financeira
- 1.5. Classificação dos serviços da contratação

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

- 2.1. Definição do objeto
- 2.2. Disposições Gerais
- 2.3. Identificação dos itens, quantidades e unidades
- 2.4. Informações Complementares
 - 2.4.1. Quantitativo, horários e locais dos postos de trabalho
 - 2.4.2. Especificações Técnicas - COPEIRA(O) | CBO – 5134-25
 - 2.4.3. Exigências com Pessoal
 - 2.4.4. Dos insumos a serem utilizados
 - 2.4.5. Fornecimentos acessórios
 - 2.4.6. Forma de Execução
- 2.5. Definição da natureza
 - 2.5.1. Condições gerais
 - 2.5.2. Condição de fornecimento do serviço

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. Duração do contrato
- 3.2. Reajuste de preços
- 3.3. Garantia
- 3.4. Critérios e práticas de sustentabilidade
- 3.5. Possibilidade de subcontratação
- 3.6. Possibilidade de participação de Consórcio
- 3.7. Possibilidade de participação de Cooperativa
- 3.8. Reserva de cota de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual
- 3.9. Incidência do Programa de Integridade

4. REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO

- 4.1. Qualificação Técnica
- 4.2. Habilitação Jurídica
- 4.3. Qualificação Fiscal, Social e Trabalhista
- 4.4. Qualificação Econômico-Financeira

5. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 5.1. Instrumentos necessários



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- 5.2. Agentes que participarão da gestão do contrato
- 5.3. Rotinas de Fiscalização
- 5.4. Obrigações das partes
- 5.5. Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos
- 5.6. Critérios de medição por Acordo de Nível de Serviço
- 5.7. Recebimento provisório e definitivo do objeto
- 5.8. Pagamento
- 5.9. Termo de Encerramento do Contrato e Prestação de Contas
- 5.10. Boas Práticas

6. REMUNERAÇÃO DO OBJETO

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

10. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

11. APÊNDICES



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº: SEI-260002/003761/2025

Apresentação: Contratação de posto de trabalho com fornecimento de mão-de-obra dedicada para serviços continuados de copeiragem, na modalidade de Pregão Eletrônico, de forma a atender setores da UENF, com base no art. 6º, inciso XLI e do art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Estaduais nº 48.816/2023 e 48.778/2023.

Órgão Contratante/Gerenciador: UENF

Prazo do Contrato: 24 (vinte e quatro) meses

Objeto: Contratação de serviços de copeiragem

Condições de Pagamento: Mensal

Regime de Execução do Objeto: Empreitada por preço global

Anexos da Minuta do Termo de Referência:

Anexo I - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

1. DO OBJETO

1.1. Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico para a contratação de prestação de serviços contínuos de copeiragem, com dedicação de mão de obra exclusiva, visando suprir necessidade de setores da UENF, de acordo com as condições e especificações constantes neste Termo de Referência, Anexos e no Edital, sob a égide da Lei nº 14.133/2021.

1.2. Justificativa da contratação

(inciso I, art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

A UENF, por meio deste Estudo Técnico Preliminar, visa à contratação de serviços continuados de copeiragem (CBO 5134-25), incluindo limpeza, asseio e conservação das áreas de copa e cozinha, destinados à sede da Reitoria da universidade, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA), Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), Centro de Biociências e Biotecnologia (CBB), Centro de Ciências do Homem (CCH), Pró-reitorias, Casa de Cultura Villa Maria (CCVM), localizados em Campos dos Goytacazes-RJ e à sede da UENF em Macaé-RJ.

O serviço é considerado de baixa complexidade, porém é importante para o funcionamento adequado das atividades administrativas dos setores envolvidos. O profissional contratado será responsável por produzir alimentos do tipo café, chá, entre outros, e manter a limpeza e a conservação das instalações de copa e cozinha dos locais abrangidos pelo contrato, garantindo um ambiente de alimentação e descanso adequado para o trabalho dos servidores.

A contratação de copeiros(as), conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 5134-25, é essencial para assegurar o bom funcionamento das atividades administrativas e operacionais da UENF.

A terceirização de mão de obra é uma técnica de gestão e uma alternativa já incorporada nas instituições em geral e que faz parte das estratégias da UENF com relação às atividades-meio. Têm como principais razões a não existência de um quadro de servidores com qualificação técnica específica para trabalhar com serviços de copeiragem e permite a otimização de todos os processos envolvidos e a melhoria na eficiência, evitando distrações dos servidores e economicidade da prestação de serviços, através do emprego de mão de obra qualificada sem vínculo previdenciário.

Abaixo, destacam-se os principais motivos que justificam a necessidade desta contratação:

a) Apoio às Atividades Administrativas e Operacionais:

- Preparação e a distribuição de café, chá e outros lanches diariamente, garantindo o bem-estar e a comodidade dos colaboradores servidores, alunos e visitantes.

- A presença de um(a) copeiro(a) permite que os servidores e funcionários se concentrem em suas tarefas principais, aumentando a produtividade e a eficiência das



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

operações administrativas.

b) Manutenção da Limpeza e Organização, da seguinte forma:

- Responsabilidade pela manutenção da limpeza e da organização das áreas de copa e cozinha, o que contribui para um ambiente de trabalho saudável e agradável.

- Higienização adequada dos utensílios e das áreas de preparo e consumo de alimentos, prevenindo contaminações e garantindo a segurança alimentar de todos.

c) Recepção e Atendimento a Visitas:

- Em eventos, reuniões e visitas oficiais, o(a) copeiro(a) atua na recepção e no atendimento, oferecendo um serviço de qualidade que reflete positivamente a imagem institucional da UENF.

- A apresentação de um ambiente limpo e bem organizado, bem como a oferta de bebidas e lanches, proporciona uma experiência agradável e acolhedora para os visitantes.

d) Conformidade com Normas de Segurança e Higiene:

- O(A) copeiro(a) é treinado(a) para seguir rigorosamente as normas de segurança e higiene no manuseio e preparo de alimentos, garantindo a conformidade com as regulamentações vigentes.

- A contratação de um(a) profissional qualificado(a) assegura que todas as práticas de segurança alimentar sejam seguidas, minimizando riscos à saúde.

e) Eficiência e Economia:

- Ter um(a) copeiro(a) dedicado(a) evita a dispersão de tarefas entre outros funcionários, otimizando o tempo e os recursos humanos da instituição.

- A profissionalização do serviço de copa pode resultar em economia a longo prazo, evitando desperdícios e assegurando o uso adequado dos insumos e materiais.

Portanto, a contratação de copeiros(as) não só é uma medida estratégica para a melhoria dos serviços internos da UENF, mas também um investimento na qualidade do ambiente de trabalho e na imagem institucional da universidade.

1.3. Instrumentos de planejamento

A presente contratação consta no Plano de Contratações Anual/RJ 2025, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 48.760/2023.

ID PCA no PNCP: 42498600000171-0-000030/2025

Data de publicação no PNCP: 01/08/2024

ID do item no PCA: 4874



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

1.4. Disponibilidade Orçamentária e Financeira

1.4.1. Dotação orçamentária conforme a reserva realizada pela área de Planejamento/Orçamento (Tabela 1 - Disponibilidade Orçamentária e Financeira)

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2025.
Natureza da Despesa: 339039-38
Fonte de Recursos: 1.500.100
Programa de Trabalho: 12.122.0002.2016

Tabela 1 - Disponibilidade Orçamentária e Financeira

1.5. Classificação dos serviços da contratação

Os serviços descritos neste TR possuem natureza comum, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no processo, por meio de especificações usuais de mercado, conforme Art. 6º, Inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1. Definição do objeto

(inciso III, art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de copeiragem.

2.2. Disposições Gerais

2.2.1. Para fins desta contratação, considera-se:

2.2.1.1. Órgão ou Entidade: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UNF)

2.2.1.2. Pregão Eletrônico: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

e serviços comuns, ocorrendo a disputa à distância e em sessão pública, por meio do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições (SIGA);

2.2.1.3. Proposta detalhada: documento elaborado pelo licitante detentor da melhor proposta ou dos lances de menor valor, com a descrição de sua proposta detalhada, especificando os valores ofertados para os itens;

2.2.1.4. Instrumento de contrato: instrumento de formalização do acordo de vontades, previsto no art. 95 da Lei nº 14.133/21;

2.2.1.5. Contratante: Órgão ou Entidade subscrita no instrumento contratual como responsável pela contratação, na forma do art. 6º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.1.6. Contratado: Licitante habilitado para firmar contrato com o Órgão ou Entidade contratante, na forma do art.6º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021;

2.2.1.7. Mão de Obra com Dedicção Exclusiva: serviços nos quais há cessão de mão de obra por parte do CONTRATADO, ou seja, se faz necessário que ela mantenha, em período integral e de forma exclusiva, funcionários à disposição da administração, para que executem tarefas de seu interesse;

2.2.1.8. Acordos dos Dissídios ou das Convenções Coletivas de Trabalho: instrumentos voltados à negociação coletiva, visando regular as relações de trabalho firmadas entre as empresas e empregados.

2.3. Identificação dos itens, quantidades e unidades

Item	ID PCA	ID SIGA	Especificações	Unidade	Quant.
001	4874	166949	SERVICO DE COPEIRAGEM, DESCRICAO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVICOS DE COPEIRAGEM, TURN0 DIURNO, ESCALA DE 44 HORAS SEMANAIS Código do Item: 0320.002.0003 (ID - 166949).	Posto/mês	08

Tabela 2 - Itens, unidades e quantidades

2.4. Informações Complementares

2.4.1. Quantitativo, horários e locais dos postos de trabalho



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Unidade	Número de Postos	Horário de Trabalho 44 horas semanais	Endereço
UENF - Reitoria	01	8:00h às 18:00h	Av. Alberto Lamego, 2000 - Parque Califórnia - CEP 28013-602 - Campos dos Goytacazes - RJ
CBB - Centro de Biociências e Biotecnologia	01	8:00h às 18:00h	
CCT - Centro de Ciência e Tecnologia	01	8:00h às 18:00h	
CCTA - Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias	01	8:00h às 18:00h	
CCH - Centro de Ciências do Homem	01	8:00h às 18:00h	
Pró-Reitorias	01	8:00h às 18:00h	
CCVM - Casa de Cultura Villa Maria	01	8:00h às 18:00h	Rua Baronesa da Lagoa Dourada, 234 - Centro, 28035-200, Campos dos Goytacazes - RJ
UENF - Macaé	01	8:00h às 18:00h	Av. Brennand S/N - Imboassica - 27925-535 - Macaé - RJ

Tabela 3 - Horários, locais e postos de trabalho

2.4.1.1. Os serviços serão exercidos de segunda-feira à sexta-feira, com carga horária de 44 horas semanais, com início às 8h e término às 18h e duas horas de almoço. A critério da Administração, conforme a necessidade do serviço, mediante acordo prévio com a Contratada e respeitando-se a legislação trabalhista e a jornada de trabalho, os 240 minutos semanais restantes de trabalho de cada profissional poderão ser distribuídos no horário diário, seja no turno da manhã ou da tarde, desde que haja prévio acordo de compensação de jornada, na forma do art. 59, §§ 2º e 6º da CLT.

2.4.2. Especificações Técnicas - COPEIRA(O) | CBO – 5134-25

2.4.2.1. Das atribuições

- Preparar e servir café, chá, água e outros alimentos simples, conforme solicitado, em ambientes administrativos e áreas de convivência da CONTRATANTE;
- Realizar a higienização e organização de utensílios, equipamentos de copa, tais



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

como cafeteiras, garrafas térmicas, entre outros (lavar, secar e guardar os utensílios);

- c) Manter a limpeza e organização das áreas de copa e refeitórios, garantindo o adequado funcionamento do ambiente para os usuários;
- d) Controlar e realizar o pedido de insumos, como café, açúcar, chás e descartáveis, observando o consumo e a necessidade de reposição;
- e) Realizar o preparo de pequenas refeições, como lanches rápidos, quando necessário;
- f) Executar a montagem de mesas para reuniões e pequenos eventos, incluindo a limpeza destas mesas, bancadas, armários e superfícies utilizadas na preparação e distribuição dos alimentos;
- g) Coletar e descartar resíduos, respeitando normas de higiene e segurança, para manter o ambiente de trabalho limpo e adequado;
- h) Zelar pela organização dos itens de copa, mantendo o ambiente em condições de uso contínuo;
- i) Seguir normas de higiene e segurança alimentar no preparo e manuseio de alimentos e bebidas;
- j) Colaborar com o bom andamento das atividades e o atendimento adequado às necessidades de servidores, professores e visitantes.

2.4.3. Exigências com Pessoal

2.4.3.1. Os empregados deverão:

- a) Possuir no mínimo grau de escolaridade de Ensino Fundamental Incompleto (Copeira - 5134-25);
- b) Estar com a carteira vacinal atualizada, segundo o Programa Nacional de Imunizações para adultos, do Ministério da Saúde (Brasil, 1978, 2004, 2005). O comprovante de vacinação poderá ser emitido por órgãos públicos de saúde ou, ainda, empresas privadas cuja atividade seja específica de vacinação.
- c) Usar uniforme, equipamentos de proteção individual e crachá de identificação no local de trabalho;
- d) Cumprir os horários estabelecidos de entrada e saída do serviço;
- e) Fazer uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual que lhe forem fornecidos;
- f) Executar a limpeza e conservação dos equipamentos e das áreas que lhe forem atribuídas, conforme a técnica e rotinas adotadas pela Instituição, dentro do tempo previsto para cada tarefa;
- g) Comunicar à supervisão ou coordenação do serviço qualquer problema que venha a



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

interferir na atividade ou na qualidade do serviço de higiene e limpeza;

- h) Zelar pelo patrimônio da área sob sua responsabilidade;
- i) Promover a qualidade dos serviços prestados, dentre outras atribuições;
- j) Cuidar da higiene no local de trabalho;
- k) Manter asseio e higiene pessoal;
- l) Lavar as mãos sempre que necessário;
- m) Usar uniforme e calçados próprios e limpos;
- n) Alimentar-se em horários e locais adequados destinados para tal fim;
- o) Não fumar nos ambientes internos do local de trabalho;

2.4.3.2. Da execução dos serviços

- a) Preparar insumos disponibilizados na carta de Catering institucional.
- b) Lavar pratos, copos, talheres, xícaras, garrafas e demais materiais e utensílios de copa e cozinha, secando-os e guardando os mesmos nos locais pré-definidos, fazendo o trabalho com zelo a fim de evitar acidentes que possam causar dano ao profissional ou aos bens disponibilizados pelo Contratante.
- c) Manter a limpeza e a segurança dos equipamentos, do mobiliário e das instalações, zelando pela continuidade de tais condições durante toda a jornada de trabalho.
- d) Havendo sanduicheiras, estas devem ser limpas 30 minutos após o desligamento, ao final do expediente, observando as instruções do fabricante. É vedado utilizar quaisquer recursos para acelerar o resfriamento da sanduicheira. É vedada a prática de aplicar água, quente, fria ou gelada nas sanduicheiras. Também é vedada a utilização de objetos pontiagudos na limpeza das sanduicheiras.
- e) Operar as máquinas de café previstas no contrato e preparar os cafés e bebidas quentes com perfeição, manuseando corretamente os equipamentos para evitar danos.
- f) Manter a integridade dos equipamentos, facilitando as condições de utilização dos mesmos, bem como sua conservação e durabilidade.
- g) Atender a reuniões e pequenos eventos, quando solicitado pela Administração Superior, organizando mesas com utensílios e alimentos.
- h) Comunicar imediatamente ao supervisor qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
- i) Executar as demais atividades necessárias à boa prestação dos serviços.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- j) Os serviços deverão ter início em até quinze dias contados a partir da data do recebimento da respectiva Ordem de Serviço (OS), nos locais indicados pela UENF.
- k) Constatando que a prestação de serviço não atende as especificações estipuladas neste documento, ou ainda não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, a Contratante expedirá ofício à empresa Contratada, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a, a efetuar a substituição do profissional em até 48 (quarenta e oito) horas, para que não lhe seja imputada penalidade;
- l) Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a substituição do profissional recusado, a contratante procederá a abertura para apuração de responsabilidades, por meio de comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo para apuração de responsabilidade, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14.133/2021 e alterações, bem como para aplicação das penalidades previstas neste TR.
- m) Conforme previsto no Decreto nº 49.233 de 06 de agosto de 2024, editado pelo Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sugerimos a adoção do percentual mínimo de 5%, referente à mão de obra dedicada, de que trata a alínea f, do inciso V, do art. 17 do Decreto nº 48.816/2023, o que deverá ser previsto, respeitando-se o percentual mínimo, no Edital de Licitação, nos termos do § Único de referido decreto c/c §9º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

2.4.4. Dos insumos a serem utilizados

- a) Para a perfeita execução dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá fornecer materiais e disponibilizar os equipamentos necessários, em quantidades suficientes à boa execução do serviço, proporcionalizado por posto de trabalho implantado, conforme a Tabela 4.
- b) De modo a minimizar os custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados, os materiais serão fornecidos pela contratada de acordo com a frequência estabelecida, com base nos valores referenciais a seguir apresentados, podendo, a critério da fiscalização, sob concordância expressa da contratada, haver compensações entre os mesmos, sob tipos e quantidades, especialmente em decorrência de fato superveniente, com vistas à perfeita execução do contrato.

Especificação do Material/Equipamento	Quantidades Unitárias por Kit	Quantidades totais	Frequência de Entrega
Cafeteira elétrica industrial com capacidade mínima de 02 litros (bivolt/110v/220v)	01	08	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Açucareiro inox com tampa e pá, capacidade 250g.	02	16	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Bandeja retangular inox (tamanho 36cm x24cm)	02	16	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Colher de inox para café	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Xícara em cerâmica, de cor branca, para chá (com pires).	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Xícara em cerâmica, de cor branca, para café (com pires).	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Porta-copos (descanso de copos), em inox.	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Copos de vidros de 300 ml (long drink), liso, transparente.	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Prato para sobremesa, em cerâmica branca.	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Colher para sobremesa em inox	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Garfo para sobremesa em inox	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Faca para sobremesa em inox	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Jarra Inox	02	16	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Garrafa Térmica Inox, com capacidade de 1 litro	02	16	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Detergente líquido (Frascos de 500 ml)	04	32	Mensal
Sabão em pedra (coco)	04	32	Mensal
Esponja dupla face – unidade	06	48	Mensal
Esponja de aço – unidade	06	48	Mensal
Limpador multiuso - Frascos de 500 ml	04	32	Mensal
Álcool 46% - Frasco com 01 litro	02	16	Mensal
Pano de prato alvejado - Tamanho (40cmx60cm)	04	32	Mensal
Papel toalha Interfolhada (folha dupla) - Bobina 1000 folhas, 20cmx20cm	04	32	Mensal
Guardanapos de papel branco descartável, medidas aproximadas entre 20cmx20cm a 23cmx23cm. Pacote com 50 folhas.	06	48	Mensal
Luvas de proteção multiuso. Pacote com 1 par	02	16	Mensal
Água Sanitária. Frasco com 1 litro	02	16	Mensal

Tabela 4 – Materiais a serem fornecidos pela Contratada (8 postos de trabalho)

- c) O papel toalha fornecido deverá ser produzido com 100% celulose virgem, com folhas totalmente destacadas, para evitar desperdício, com absorção superior, de alto desempenho, com resistência mesmo molhadas, de modo a minimizar a ocorrência de pedaços de papel nos pisos e nas pias.
- d) O detergente a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser de boa qualidade, preferencialmente neutro, biodegradável e dermatologicamente testado, de modo a evitar odores nos utensílios, danos ao meio ambiente e zelando pelo bem estar de seus usuários.
- e) A CONTRATADA deverá manter estoque mínimo dos materiais necessários, em local a ser indicado pela CONTRATANTE, necessário à boa execução dos serviços, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga e sua respectiva perda, bem como pela sua distribuição diária para a execução dos serviços ou adotar metodologia de distribuição, desde que não haja falta de material para a prestação dos serviços.
- f) A visita técnica é facultativa sendo, no entanto, altamente recomendada, vez que será de total responsabilidade da empresa CONTRATADA a correta execução do serviço.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- g) Qualquer alteração a ser realizada nos materiais e equipamentos, deverá ser submetida previamente à CONTRATANTE.
- h) Não fazem parte do contrato de serviços insumos como café, água mineral, adoçante, açúcar e copos descartáveis, vez que serão fornecidos pela administração contratante e, portanto, não devem fazer parte da planilha de custos e formação de preços, ou seja, não será de responsabilidade da contratada.
- i) As voltagens para o fornecimento das cafeteiras devem ser apuradas pela contratada, antes da implantação do contrato, de modo a melhor adequar as aquisições a serem realizadas, caso não disponha de equipamentos bivolt.
- j) O comprovante de entrega dos materiais deverá ser recebido pela fiscalização, gestão contratual ou por servidor designado, visando o devido acompanhamento da execução dos prazos e regularidade no fornecimento dos insumos pela CONTRATADA.
- k) Fica a CONTRATADA obrigada a informar ao início do contrato as datas de remessa dos materiais a serem acompanhados pela fiscalização.

2.4.5. Fornecimentos acessórios

- a) A Contratada deverá fornecer aos seus empregados, desde o início da execução dos serviços, os itens de uniformes novos e adequados às estações climáticas do ano, cujos modelos tenham sido aprovados previamente pela Comissão de Fiscalização do Contrato.
- b) Quaisquer alterações que venham a ser feitas nos uniformes no decorrer da contratação, quanto a mudança de itens previamente aprovados, devem ser submetidas à Comissão de Fiscalização para aprovação.
- c) Após a entrega do primeiro uniforme, a Contratada deverá substituí-los por novos em conformidade com os quantitativos discriminados neste documento, independentemente do estado em que se encontrem.
- d) A CONTRATADA também deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo estabelecido acima.
- e) Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes e materiais deverão ser repassados aos seus empregados.
- f) As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, duráveis e que não desbotem facilmente.
- g) As peças do uniforme serão confeccionadas pelas medidas de cada profissional, que serão tomadas no local da prestação dos serviços, conforme agendamento da fiscalização.
- h) Os uniformes deverão conter o emblema da CONTRATADA, de forma visível, nos itens do uniforme.
- i) Os uniformes deverão ser entregues aos empregados pela CONTRATADA, mediante recibo em relação nominal, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao responsável pela fiscalização da prestação dos serviços.
- j) Somado aos uniformes, também serão distribuídos crachás que, junto com os uniformes das gestantes, sapatos indicados por orientação médica e ajustes das peças de uniforme à silhueta do colaborador, serão fornecidos às expensas



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

exclusivas da contratada sem repasse dos custos ao contrato.

- k) O crachá de identificação será confeccionado em material resistente, a exemplo do PVC, e conterà, na parte frontal, com design de fácil visualização, o nome da contratada, a fotografia recente do profissional e, em fonte de tamanho grande, seu nome, a função/cargo exercido, o registro no quadro da contratada, o tipo sanguíneo e o fator RH, o registro geral de identificação, e a expressão "A SERVIÇO DA UENF". Os crachás serão repostos sempre que verificada a necessidade pela contratada ou pelo fiscal do contrato, a quem caberá estabelecer o prazo para a reposição, sem ônus ao contrato.
- l) O uniforme deverá fornecido nas seguintes quantidades:

ITENS	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO	VIDA ÚTIL (MESES)
Conjunto uniforme jaleco e calça copeiro(a) em tecido oxford	04 conjuntos	12
Sapato tipo tênis	02 pares	12
Crachá de identificação	01 unidade	12
Avental ou coletes para a copeiragem com o tamanho do(a) usuário(a)	04 unidades	12
Toucas de cabelo	04 unidades	12
Casaco para frio	01 unidade	12

Tabela 5 - Listagem dos uniformes a serem fornecidos pela Contratada

- m) Os seguintes EPI's também deverão ser entregues aos funcionários, por conta da Contratada: luvas de proteção, toucas e máscaras em TNT descartável, na quantidade necessária à execução dos serviços, bem como dois pares de luvas térmicas em silicone anualmente.

2.4.6. Forma de Execução

2.4.6.1. A CONTRATADA deverá apontar preposto, que precisará se fazer presente no local da prestação dos serviços em 1 (um) dia da semana, por pelo menos 2 (duas) horas, durante o horário de expediente da CONTRATANTE, a ser negociado com a equipe de gestão contratual UENF.

- As atividades a ser desempenhadas pelo preposto, durante sua estada nas dependências da UENF são, entre outras, e relativamente aos seus empregados:
 - a) Fiscalizar o cumprimento de suas obrigações contratuais;
 - b) Verificar utilização de crachás e uniformes;
 - c) Receber pedidos de férias, com ou sem abono pecuniário, e conciliar a marcação dos



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

períodos de afastamento;

- d) Ouvir reclamações e resolver conflitos;
 - e) Receber atestados médicos e encaminhar exames de saúde ocupacional;
 - f) Dar orientações diversas e fazer encaminhamentos de demandas de recursos humanos;
 - g) Tratar de questões relativas a INSS, FGTS, vale alimentação, vale transporte e demais benefícios;
 - h) Corrigir e aprovar registros de ponto (eletrônico ou não);
 - i) Gerenciar banco de horas para compensação de horas além da carga horária diária com folgas, sempre alinhadas com a fiscalização contratual da UENF;
 - j) Providenciar documentação solicitada pela fiscalização contratual da UENF;
 - k) Participar de reuniões com a fiscalização contratual da UENF;
 - l) Elaborar relatórios e/ou memórias de cálculo solicitadas pela fiscalização contratual da UENF;
 - m) Dar encaminhamento às demais questões trabalhistas de seus colaboradores e tratar de assuntos diversos relacionados ao contrato.
- A presença do preposto tem como objetivo manter a UENF e a fiscalização contratual à margem da recepção e resolução de questões trabalhistas de seus empregados, ou seja, deve agir de forma proativa para que seus colaboradores não enxerguem na equipe de fiscalização a figura do empregador.
 - A CONTRATANTE disponibilizará local físico para que o preposto desempenhe suas atividades.
 - A CONTRATADA deverá implantar e gerir sistema de registro de ponto que registre hora e local do início, fim e/ou intervalo das atividades laborais dos prestadores de serviços alocados nos postos de trabalho.
 - Os dados relativos a horas extras, banco de horas e/ou localização dos registros de ponto devem ser repassados mensalmente à CONTRATANTE, por relatórios sintéticos e, mediante solicitação, com todo detalhamento de dados que tenha relação com a atividade de fiscalização contratual.

2.4.6.2. A contratada é responsável pelo treinamento, supervisão e pelo comportamento dos seus empregados alocados no contrato, cabendo-lhe assegurar o cumprimento das disposições de conduta pertinentes, a exemplo das constantes deste ETP:

- a) Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências das Unidades da UENF.
- b) Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado.
- c) Cumprir as normas internas, rotinas e procedimentos estabelecidos pelo Contratante.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
 Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- d) Ingressar nas dependências do Contratante com vestimenta apropriada ao ambiente.
- e) Ser pontual e assíduo.
- f) Desenvolver suas atividades com disciplina, discrição, urbanidade, cortesia, dedicação, cooperação, ponderação e compromisso com as finalidades do trabalho.
- g) Apresentar-se ao posto de trabalho em adequadas condições de higiene, dentre as quais: cabelos presos ou curtos; unhas aparadas; odores corporais controlados (hálito, axilas, etc.); profissionais do sexo masculino com o rosto escanhoado (sem barba e bigode), etc.
- h) Zelar pelo uso adequado da linguagem, evitando comunicação em voz muito alta, gírias, expressões de baixo calão ou outras não apropriadas ao trato formal adequado ao ambiente.
- i) Não utilizar perfumes, colônias, desodorantes ou outros produtos de aroma forte, que possam contribuir para desencadear episódios alérgicos nos usuários.
- j) Trajar, durante toda a jornada de trabalho, uniforme completo, íntegro e em perfeitas condições; sapatos limpos; e crachá de identificação afixado em posição facilmente visível.
- k) Não utilizar acessório ou componente visível sob ou sobre o uniforme (toalhas de mão, camisetas, faixas, etc.) que altere os uniformes ou quaisquer peças relativas a agremiações esportivas, partidárias ou assemelhadas.
- l) Não participar, no âmbito do Contratante, de ações de: proselitismo; manifestação ou reivindicação; divulgação de ideias, de boatos ou de comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a quaisquer pessoas.
- m) Manter absoluto sigilo quanto às informações de que porventura tenha tomado conhecimento em razão do desempenho das funções, sob pena de devolução à contratada.
- n) Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes.
- o) Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização.
- p) Tratar dos assuntos relativos aos serviços somente com os superiores - Supervisores de Unidades de Copeiragem ou Fiscais do Contrato – tanto para buscar orientação quanto para sanar dificuldades na execução.
- q) Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento.
- r) Não desenvolver atividades estranhas aos serviços contratados.
- s) Encaminhar ao superior quaisquer reclamações porventura recebidas.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- t) Levar ao conhecimento do superior, imediatamente, qualquer informação considerada importante.
- u) Comunicar à chefia, imediatamente, o desaparecimento de material, lavrando, posteriormente, a ocorrência por escrito.
- v) Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências do Contratante, providenciando para que sejam encaminhados ao fiscal.
- w) Zelar pela preservação do patrimônio da UENF sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho.
- x) Realizar os serviços com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho.
- y) Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais.
- z) Permanecer atento às suas tarefas, sendo vedado, durante a execução dos serviços: o consumo de refeições; a utilização de aparelhos para ouvir música ou qualquer outra transmissão; para comunicação por voz ou por mensagens; para acesso a redes sociais; para entretenimento ou quaisquer atividades que desviem a atenção do serviço.
- aa) Acatar as ordens superiores executando suas tarefas conforme o planejamento de trabalho elaborado pelos fiscais do contrato.
- bb) Realizar o descarte dos resíduos de acordo com o Programa de Logística Sustentável da UENF.
- cc) Manter a integridade dos equipamentos, facilitando as condições de utilização dos mesmos, bem como a sua conservação e durabilidade.
- dd) Executar todas as demais atividades correlatas aos serviços contratados.
- ee) Os serviços serão prestados de forma contínua e exclusiva nas dependências da UENF listadas neste Termo de Referência;
- ff) Os serviços serão exercidos de segunda-feira à sexta-feira, com carga horária de 44 horas semanais, com início às 8h e término às 18h e duas horas de almoço. A critério da Administração, conforme a necessidade do serviço, mediante acordo prévio com a Contratada e respeitando-se a legislação trabalhista e a jornada de trabalho, os 240 minutos semanais restantes de trabalho de cada profissional poderão ser distribuídos no horário diário, seja no turno da manhã ou da tarde, desde que haja prévio acordo de compensação de jornada, na forma do art. 59, §§ 2º e 6º da CLT.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

2.5. Definição da natureza

2.5.1. Condições gerais

- a) A contratação de empresa especializada para prestação, de forma contínua, de serviços, terceirização de mão de obra para fornecimento dos postos de copeiragem, deverá cumprir toda a regulamentação inerente ao processo para a perfeita execução dos serviços a serem contratados.
- b) A prestação de serviços copeiragem é de natureza continuada, a qual será prestada de forma consecutiva, por mais de um exercício financeiro, auxiliando no funcionamento das atividades finalísticas da UENF, uma vez que a interrupção das atividades de catering institucional, pode comprometer o bom andamento das rotinas administrativas da universidade. A continuidade do serviço caracteriza-se, assim, por sua essencialidade e habitualidade.
- c) Incidentalmente, em decorrência da obrigação de fiscalização da Administração, aplicam-se as normas que regulamentam a relação de trabalho entre a empresa e a mão de obra alocada, dentre as quais se destacam a Consolidação das Leis do Trabalho, o Decreto Nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 (vale transporte) e a convenção coletiva aplicável, a ser informada pela empresa no curso da licitação, sem prejuízo das demais disposições.
- d) Para o alinhamento às normas pertinentes, a empresa licitante deverá comprovar as condições técnico operacionais e econômico-financeiras pelos patamares mínimos, sob pena de desclassificação.
- e) Sendo assim, a licitante deverá comprovar ter executado a prestação de serviços compatíveis com o objeto da presente licitação por período não inferior a 24 meses, contínuos ou não, bem como de haver empregado o quantitativo mínimo de empregados, estabelecido no Termo de Referência.
- f) Os serviços serão executados com rigorosa observância da legislação federal, estadual e municipal; das normas e regulamentos aplicáveis aos serviços contratados; da disciplina do sistema normativo do Contratante; e das especificações de segurança e de qualidade relativas às técnicas e aos equipamentos.

Portanto, os serviços observarão a legislação pertinente, bem como os procedimentos indicados no documento de referência.

2.5.2. Condição de fornecimento do serviço

(inciso IV, 'c' e 'd' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

A Contratada deverá às suas expensas promover treinamentos de reciclagem, e como sugestão, seguir o conteúdo programático abaixo, que devem ser aplicados a cada 12 meses, a todos os colaboradores, em datas agendadas pelo Fiscal do Contrato.

Conhecimentos a todos os colaboradores:

- Legislação e Procedimentos: Boas práticas para serviço de alimentação, segundo a



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

RDC-216 ANVISA, aplicadas à higiene pessoal, ambiental, dos equipamentos, móveis, utensílios de trabalho e insumos (recebimento, armazenamento, pré-preparo, preparo, resfriamento, envase e distribuição), riscos de contaminação cruzada, tipos e processos de multiplicação de microorganismos.

- Noções de segurança do trabalho aplicada ao serviço com alimentos e bebidas: ergonomia e uso de EPI's.
- Princípios da sustentabilidade na gestão de recursos: gerenciamento de água, luz e energia, controle do desperdício e descarte correto do lixo.
- Qualidade no atendimento ao cliente - - hospitalidade e eficiência técnica;
- Técnicas do uso da bandeja - bandeja redonda, bandeja retangular, transporte dos pratos, copos, garrafas e alimentos;
- Utilizar as boas práticas na manipulação de louças;
- Comunicar-se de maneira assertiva;
- Mediar conflitos nas situações de trabalho;

A Contratada deverá fornecer insumos, crachás, uniformes e EPIs, sem custo adicional, na forma descrita no item 2.4 deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Duração do contrato

(inciso IV, 'b' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Os serviços, objetos desta contratação, serão prestados pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme Art. 107 da Lei nº 14.133, que determina:

"Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes."

A prorrogação na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/21, está condicionada a recomposição da planilha de composição de preços mediante a eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos em sua integralidade no primeiro período de vigência contratual

O prazo de início dos serviços poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram motivos devidamente evidenciados e sujeitos à análise prévia do setor requisitante e aprovação da Administração da UENF.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

A prorrogação de que trata o este item deverá observar, ainda, os seguintes requisitos:

a) demonstração formal, no processo, que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação.

Será permitida a prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que promovido através da competente celebração de termo aditivo de contrato e observado ainda o seguinte:

- Os serviços tenham sido prestados regularmente pela CONTRATADA.
- A UENF mantenha o seu interesse na realização do serviço.
- O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para o Órgão.
- A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação do contrato.

O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa ou impedida de licitar ou contratar no âmbito do Estado do Rio de Janeiro ou com Administração da UENF, ao menos enquanto perdurarem seus efeitos;

A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado à Diretoria Geral de Administração - DGA/UENF, localizada à Av. Alberto Lamego, 2000 - Parque Califórnia, CEP 28013-602, Campos dos Goytacazes - RJ, Telefone: (22) 27397014, e-mail: dga@uenf.br.

3.2. Reajuste de preços

3.2.1. Repactuação

3.2.1.1. Os preços contratados serão repactuados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

3.2.1.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo Contrato;

b) para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

c) para os custos relativos ao transporte público: a partir da data da majoração da tarifa, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre o preço contratado.

3.2.1.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo a última repactuação, correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

3.2.1.3.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados os efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, bem como a data em que ocorreu a repactuação dos custos decorrentes de mercado e da tarifa de transporte público, independentemente dos registros realizados por apostila ou da celebração do termo aditivo.

3.2.1.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

3.2.1.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

3.2.1.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

3.2.1.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a administração pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

3.2.1.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo Contrato.

3.2.1.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

3.2.1.10. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

3.2.1.11. Fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

3.2.1.12. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

3.2.1.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

3.2.1.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

3.2.1.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

3.2.1.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

3.2.1.17. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

3.2.1.17.1. Os efeitos financeiros do pedido da repactuação serão contados:

a) da data-base prevista no Contrato, desde que requerida a repactuação no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente, da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo ou da divulgação da nova tarifa;

b) a partir da data do requerimento do contratado, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade da repactuação, já adotado no edital e no Contrato.

3.2.1.18. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

3.2.1.19. A extinção do Contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

3.2.1.20. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados, pelo contratado.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

3.2.1.21. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir as condições estipuladas nesta cláusula ou deixar de apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

3.2.1.22. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

3.2.1.23. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos Contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Garantia

(inciso V, 'a' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

3.3.1. A Contratada deverá apresentar Garantia Contratual, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato.

3.3.2. O CONTRATADO poderá optar pelas seguintes modalidades de garantia:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia; e
- c) fiança bancária.

3.3.3. Qualquer que seja a modalidade escolhida pelo CONTRATADO, a garantia assegurará o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações neste previstas;

b) multas moratórias, compensatórias e administrativas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO;

e

c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, assim como as obrigações de regularidade perante o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

3.3.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade durante a vigência do Contrato e por mais 90 (noventa) dias úteis após o término deste prazo de vigência.

3.3.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

3.3.6. Ressalvada a hipótese de seguro-garantia, em que deverá ser observado o prazo do item 3.3.7., o CONTRATADO apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do Contrato, o comprovante de prestação de garantia, na forma do item 3.3.2.

3.3.7. Caso oferecida a modalidade de seguro-garantia, sua apresentação deve ocorrer em 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, e observar-se-ão as seguintes condições:

- A apólice permanecerá em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas;
- A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 3.3.5 deste Termo de Referência; e
- A apólice somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 3.3.3., observada a legislação que rege a matéria.

3.4. Critérios e práticas de sustentabilidade

A empresa contratada, com objetivo de seguir uma estratégia ambiental sustentável, deve atender às especificações e critérios de sustentabilidade e de impacto ambiental, na forma da Lei nº 14.133/2021, do Art. 10º, inciso V do Decreto Estadual nº 48.816/2023, do Art. 6º do Decreto Estadual nº 43.629/2012, do Decreto nº 9.178/2017 e da Lei nº 12.349/10, que inclui a promoção do desenvolvimento sustentável nas aquisições, atuando com práticas sustentáveis e adotando medidas que fomentem o baixo impacto sobre recursos naturais, como fauna, flora, ar, solo e água.

Também deve observar as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e dos demais órgãos competentes, para optar pelas especificações do objeto que melhor atendam às exigências ambientais, ou outras que o Poder Executivo venha a estabelecer, tais como: economia no consumo de água e energia; minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados; racionalização do uso de matérias-primas; redução da emissão de poluentes; adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente; implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros; utilização de produtos de baixa toxicidade; utilização de produtos com a origem ambiental sustentável comprovada, quando existir certificação para o produto.

A empresa contratada deve promover junto aos seus funcionários comportamentos que estimulem atitudes que se configurem em Boas Práticas Ambientais. A contratada deve dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, cujas embalagens dos bens ofertados sejam constituídos em parte ou no todo por material atóxico, preferencialmente biodegradável; buscar maior eficiência na utilização de recursos



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

naturais como água e energia; preocupar-se com uma maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

A Contratada deverá elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, no prazo a nas condições do subitem anterior.

Não se verifica a possibilidade de impactos ambientais muito significativos ou que não sejam passíveis de controle ou mitigação por meio de medidas simples. Entretanto, com o objetivo de minimizar eventuais impactos ambientais resultantes das atividades inerentes ao trabalho que, por sua natureza, manipula alimentos e produtos químicos de higienização produzindo resíduos orgânicos e inorgânicos, somente serão permitidos na UENF o uso de produtos certificados pela Anvisa nos processos de higienização.

Com relação ao descarte, os resíduos sólidos serão acondicionados em sacos plásticos apropriados e conduzidos para o destino em contentores para o recolhimento pelas Companhias de limpeza.

3.5. Possibilidade de subcontratação

(inciso VI, 'c' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Não será permitida a subcontratação do objeto desta licitação

3.6. Possibilidade de participação de Consórcio

(inciso VI, 'b' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

3.6.1. Conforme o art. 15 da Lei nº 14.133/21, c/c art. 17, VI, alínea "b", do Decreto nº 48.816/23, será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.

3.6.2. As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante a Universidade por todos os atos praticados pelo consórcio.

3.6.3. Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

3.6.4. As empresas consorciadas poderão, todavia, somar os seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo no edital da licitação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

3.7. Possibilidade de participação de Cooperativa

(inciso VI, 'd' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Em regra, a participação de COOPERATIVAS é permitida pela Lei nº 14.133/2021, contudo não será aceita neste certame, pois serão observadas as orientações da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e do Tribunal de Contas da União (TCU), como seguem:

Orientação Administrativa PGE n.º 08:

Deve ser vedada a participação das cooperativas de serviços nas licitações que visem à contratação de prestação de serviços de vigilância e segurança (cf. Lei nº 7.102/1983 e alterações posteriores), bem como nas licitações destinadas a selecionar contratado para prestar serviços em relação aos quais se presume a subordinação dos trabalhadores que o exercem, tais como asseio, limpeza, conservação, manutenção, copeiragem e operação de elevadores";

Súmula nº 281 do TCU:

É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e habitualidade.

3.8. Reserva de cota de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual

(inciso VI, 'e' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, dos Decretos Estaduais nº 42.063/2009 e 45.790/2016 a licitação não será exclusivamente reservada à participação de micro e pequenas empresas – ME/EPP.

3.9. Incidência do Programa de Integridade

Não se aplica a esta contratação.

4. REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

O LICITANTE deverá atender às condições de habilitação jurídica, técnica, social e trabalhista e econômico-financeira indicadas no Edital de Licitação, observados os art. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, conforme abaixo descrito, devendo manter durante todo o período de execução contratual as devidas condições de habilitação, nos termos do inciso XVI do art.92 da Lei nº 14.133/2021.

4.1. Qualificação Técnica

- a) Ser do ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo de Referência, cuja comprovação de terceirização de serviços profissionais será feita por meio da apresentação do Contrato Social ou Estatuto Social, devidamente registrado;
- b) Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado e/ou declaração de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo, de forma satisfatória, demonstrando que a empresa gerencia ou gerenciou os serviços contidos neste Termo de Referência;
- c) A empresa deverá comprovar que gerencia esses serviços por período não inferior a 01 (um) ano;
- d) Para a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano será aceito o somatório de atestados, sendo que os mesmos deverão contemplar execuções em períodos distintos (períodos concomitantes serão computados uma única vez) e terem sido expedidos após a conclusão dos Contratos ou decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- e) Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão se referir a serviço prestado no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no Contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;
- f) Com o objetivo de avaliar as condições de execução do objeto e esclarecer eventuais dúvidas, fica facultada às empresas interessadas a realização de vistoria, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 9h e 17h, mediante agendamento prévio com a Prefeitura do Campus da UENF, através do telefone (22) 2739-7018 ou pelo e-mail prefeitura@uenf.br, até 01 (um) dia antes da realização da sessão pública de lances.
 - f.1) Ficam desde já as empresas cientes de que a não realização de vistoria implicará a aceitação tácita das exigências constantes no Termo de Referência. Portanto, não serão aceitas justificativas, em qualquer época, de desconhecimento de estado, condições do local, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.
 - f.2) As empresas que realizarem a vistoria deverão apresentar a Declaração de Realização de Vistoria.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

f.3) Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de pleno conhecimento assinada pelo responsável técnico ou responsável legal do licitante de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.2 Habilitação Jurídica

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- c) Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.
- d) Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa DREI /ME nº 88, de 23 de dezembro de 2022, ou norma posterior que regule a matéria.
- e) Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g) Quando cabível, os documentos apresentados devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.3. Qualificação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- b) Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- c) Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.
- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, naquilo que couber.
- g) Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, mediante a apresentação de:
 - Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda; e
 - Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.

4.4. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.
- b) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- d) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- e) Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- f) Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.
- g) Para fins de habilitação econômico-financeira de sociedade empresária em recuperação judicial deverão ser considerados os valores constantes no Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo competente, para fins de apuração dos índices contábeis previstos no edital.
- h) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), que deverão ser aferidas pelo setor de contabilidade da UENF, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

$SG = \text{Ativo Total} + (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

$LC = \text{Ativo Circulante} + \text{Passivo Circulante}$

- i) Caso seja apresentado resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá ser comprovado capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
- j) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor e analisado/ratificado pelo setor de contabilidade da UENF.

5. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(inciso V, 'c' art. 17 Decreto nº 48.816/2023 c/c art. 17 a 19 do Decreto nº 48.817/2023)

- a) A gestão e a fiscalização da execução da contratação objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA serão realizadas por agentes públicos, designados pela autoridade do órgão ou entidade contratante, que indicará o gestor e fiscais, dentre os servidores lotados no órgão ou entidade, bem como seus substitutos, observando-se os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 48.817 de 24/11/2023.
- b) A designação dos gestores e dos fiscais será realizada em ato de autoridade competente específico para o instrumento contratual, devidamente publicado no Diário Oficial;
- c) Por Fiscalização entende-se o conjunto de atividades exercidas, de modo sistemático, pela UENF e seus prepostos, objetivando a verificação do regular cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.
- d) A gestão do contrato compete ao Gestor da execução e será auxiliado, conforme o caso, pelo (a):
 - Fiscal Técnico.
 - Fiscal Administrativo e
 - Fiscal Setorial
- e) As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atribuições atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- f) A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.
- g) Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á da CONTRATADA, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Trabalho (CLT).

- h) No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
- Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA.
 - Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.
- i) Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema eletrônico:
- Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND).
 - Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADO.
 - Certidão de Regularidade do FGTS (CRF).
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- j) Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
- extrato ou relatório de lançamentos/recolhimentos relativos à conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE.
 - Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE.
 - Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários.
 - Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.
 - Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- k) Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria.
 - Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais.
 - Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado.
 - Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- l) Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no subitem 5.2.8 deverão ser apresentados.
- m) Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

- n) Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- o) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- p) A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou incapacidade de correção.
- q) A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.
- r) Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.
- s) A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:
 - Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE.
 - Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE.
 - Cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários.
 - Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.
- t) A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o modelo previsto neste TERMO DE REFERÊNCIA para eventual aplicação do descumprimento contratual com base nos indicadores objetivos estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
 - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com os quantitativos especificados neste Instrumento ou;
 - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los em desconformidade.
- u) Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- v) O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- w) A forma de aferição do objeto contratado, para efeito de pagamento, bem como o método de avaliação dos serviços se dará nos termos, respectivamente, dos itens 5.6 e 5.8 deste Termo de Referência.
- x) Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- y) A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

- z) O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho da prestação dos serviços.
- aa) O fiscal técnico, ao verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, e comunicar ao gestor do Contrato para que este promova as medidas necessárias à adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133/2021.
- bb) O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos do Decreto nº 48.817 de 24 de novembro de 2023.
- cc) O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto no art.138 da Lei nº 14.133/2021.
- dd) O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- ee) A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, conforme art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
- ff) A CONTRATADA deverá sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, providenciando a imediata correção de deficiências constatadas quanto à execução dos serviços contratados.
- gg) Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela UENF.
- hh) A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da sua responsabilidade pela execução dos serviços.

5.1. Instrumentos necessários

5.1.1. Termo de ciência de designação - Será providenciado pela autoridade competente, em consonância com o art. 10, do Decreto 48.817/2023.

5.1.2. Ato de nomeação - Será providenciado pela autoridade competente.

5.1.3. Termo de Referência - documento que detalha as características, justificativas e



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

condições da contratação e da execução do objeto;

5.1.4. Mapa de Riscos - documento que estabelece os riscos envolvidos durante a contratação e execução do objeto;

5.1.5. Proposta da empresa – detalhamento da formação dos preços apresentada pela CONTRATADA;

5.1.6. Documentos de Habilitação - documentos exigidos das Licitantes que comprovem sua habilitação a participar do certame;

5.1.7. Registro de Ocorrência - documento no qual são anotados periodicamente todos os eventos relacionados à execução do contrato. Documento a ser elaborado pela Equipe de Fiscalização do Contrato e pelo Setor de Contratos da UENF (SETCONT).

5.1.8. Instrumento de Contrato ou equivalente - documento que estabelece todas as condições da contratação (partes envolvidas, objeto, valores, prazos, condições de pagamento, obrigações das partes, fiscalização, etc.).

5.2. Agentes que participarão da gestão do contrato

5.2.1. Como definição da atuação dos agentes responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da gestão, em consonância com o estabelecido no Decreto nº 48.817/23, e de acordo com o estabelecido no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução contratual deverá contar com:

5.2.1. Gestor do contrato - Servidor expressamente designado com experiência e capacidade técnica compatível com o objeto desta Contratação;

5.2.2. Fiscais do contrato:

5.2.2.1. Fiscais técnicos, com as atribuições definidas no art. 5º, inciso I, do Decreto nº 48.817/23, devendo ser detentores de conhecimentos técnicos inerentes ao objeto;

5.2.2.2. Fiscal setorial, para acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos quando a prestação do objeto ocorrer simultaneamente em setores distintos ou em unidades desconcentradas;

5.2.2.3. Fiscal administrativo, para atuação no recebimento e conferência de documentação.

5.2.3. Equipe de Fiscalização do Contrato:

Nome: **Patrícia Fabiane Cabral Paulino Câmara**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Cargo: PNE - Administração

Sector: Secretaria do CCT

ID: 641762-0

Telefone: 22-27397182

E-mail: [Patricia Fabiane C. Paulino](mailto:Patricia.Fabiane.C.Paulino)

Nome: **Ângela da Costa Soares**

Cargo: PNF-Auxiliar Técnico Administrativo

Sector: Secretaria do CCTA

ID: 641352-8

Telefone: 22-27397049

E-mail: angela@uenf.br

Nome: **Gerusa Monteiro Rangel**

Cargo: PNM - Assistente Administrativo

Sector: Secretaria do CBB

ID: 641592-0

Telefone: 22-27397028

E-mail: gerusa@uenf.br

Nome: **Rachel Quintanilha Bense Bicoock**

Cargo: PNF - Auxiliar Técnico Administrativo

Sector: Diretoria do CCH

ID: 41952979

Telefone: 22-27397036

E-mail: rachelqb@uenf.br

Nome: **Célia da Silva Caetano**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Cargo: PNS - Analista de Planejamento

Setor: Reitoria

ID: 28819837

Telefone: 22-27397002

E-mail: c.caetano@uenf.br

Nome: **Maria Aparecida Madeira Aguiar**

Cargo: PNE - Administração

Setor: ProPPG

ID: 41986032

Telefone: 22-27397012

E-mail: maguiar@uenf.br

Nome: **Hedwiges Fernandes de Souza Teixeira**

Cargo: PNF - Auxiliar Técnico Administrativo

Setor: Casa de Cultura Villa Maria

ID: 6417922

Telefone: 22-27257834

E-mail: hed@uenf.br

Nome: **Victor Hugo Santos**

Cargo: Professor Associado

Setor: UENF - Macaé

ID: 43166474

Telefone: 22-27656561

E-mail: victorhugo.lenep@uenf.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

5.3. Rotinas de Fiscalização

5.3.1. Cabe à Fiscalização Técnica: verificar o cumprimento das disposições contratuais nos aspectos técnicos. Os fiscais técnicos devem exercer um acompanhamento zeloso e diário sobre as etapas/fases da execução contratual, tendo por finalidade verificar se a Contratada vem respeitando, nos aspectos técnicos, a legislação vigente e cumprindo fielmente suas obrigações contratuais com qualidade.

5.3.2. Cabe à Fiscalização Setorial: acompanhar a execução do contrato nos aspectos técnicos quando a prestação do objeto ocorrer simultaneamente em setores distintos ou em unidades desconcentradas (não é o caso desta contratação).

5.3.3. Cabe à Fiscalização Administrativa: acompanhar os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, e quanto ao controle do contrato no que se refere a revisões, reajustes, repactuações e providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.

5.3.4. Compete ao Gestor do Contrato: gerenciar, planejar e acompanhar a atuação da Contratada, padronizando procedimentos de fiscalização e propiciando orientações de caráter preventivo.

5.4. Obrigações das partes

5.4.1. Obrigações do Contratante:

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

5.4.1.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, por empregado público especialmente designado pela unidade CONTRATANTE sob os aspectos quantitativo e qualitativo;

5.4.1.2. Efetuar o pagamento mensal dos serviços fornecidos pela CONTRATADA após a apresentação da respectiva nota fiscal com o devido “atesto” da equipe de fiscalização e gestão do contrato;

5.4.1.3. Observar que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4.1.4. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, em conformidade com as boas práticas de gestão e capacidade, disponibilidade e continuidade;

5.4.1.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.4.1.6. Notificar a CONTRATADA quando da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para a sua correção;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

5.4.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.4.1.8. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.4.1.9. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

5.4.1.10. Efetuar retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura da contratada, no que couber.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados ao presente objeto.

5.4.2. Obrigações da Contratada:

5.4.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste termo de referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

5.4.2.2. Manter durante a vigência contratual informações atualizadas quanto ao endereço, razão social e contatos, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência.

5.4.2.3. Proceder à avaliação acerca da aptidão técnica e psicológica dos profissionais que empregará na execução dos serviços contratados, conforme exigências de qualificação mínima estabelecidas neste termo de referência.

5.4.2.4. Apresentar à Contratante relação nominal dos profissionais que prestarão os serviços contratados, com endereço residencial e telefones, número da Identidade e do CPF e documento que comprova a escolaridade mínima exigida, devendo tal procedimento ser adotado no caso de qualquer substituição de profissionais ocorrida durante a execução do contrato.

5.4.2.5. Suprir qualquer falta ocorrida, quando solicitado pelo Contratante, mediante alocação de outro profissional que atenda às exigências mínimas de qualificação estabelecidas, remunerando o prestador de serviço substituto com os valores concernentes ao profissional substituído e procedendo ao recolhimento dos encargos correspondentes, cujos comprovantes deverão ser apresentados ao Contratante no mês subsequente ao da prestação dos serviços.

5.4.2.5.1. Substituir definitivamente, sempre que exigido pelo Contratante, qualquer profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados pelo Contratante, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da UENF ou ao interesse público.

5.4.2.6. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao Contratante o acesso ao



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

controle de frequência.

5.4.2.7. Apresentar ao Contratante cronograma de férias dos profissionais alocados na execução dos serviços, observada, previamente, a necessidade de serviços do Contratante.

5.4.2.8. Orientar seus profissionais a manter, durante toda a execução dos serviços, boa apresentação, assim como as condições de higiene no local da prestação dos serviços e a conservação dos mobiliários, máquinas e equipamentos do Contratante, colocados à disposição para execução dos serviços.

5.4.2.9. Assumir, com relação aos seus profissionais, todas as despesas decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e quaisquer outros referentes à contratação dos serviços, resguardando o Contratante de toda e qualquer demanda, reivindicação, queixa e representação decorrente da execução do contrato.

5.4.2.10. Orientar seus profissionais alocados na execução do contrato a cumprir as normas e regulamentos internos do Contratante, inexistindo, em qualquer hipótese, vínculo empregatício com o órgão.

5.4.2.11. Prestar, por escrito, todos os esclarecimentos e apresentar documentos relativos à execução dos serviços solicitados pelo Contratante, assim como comunicar quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços, ao Fiscal do Contrato, não sendo consideradas alegações, solicitações ou declarações verbais.

5.4.2.12. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste termo de referência ou pelo fiscal do contrato, os serviços prestados em que se verificarem vícios ou incorreções, inclusive após o recebimento definitivo do objeto.

5.4.2.13. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante, em decorrência da execução do contrato, incluindo os danos causados a terceiros, a qualquer título.

5.4.2.14. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto concernente ao Contratante ou a terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, no caso de divulgação ou fornecimento de dados e informações obtidas, devendo orientar os seus profissionais nesse sentido.

5.4.2.15. A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Contratante.

5.4.2.16. Adotar todas as medidas necessárias para manter a conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais, respeitando as políticas e regras editadas ou que vierem a ser editadas pelo Contratante concernente ao armazenamento e tratamento de dados e informações pessoais, sem prejuízo do estrito respeito à LGPD, bem como quaisquer outras leis relativas à proteção de dados pessoais que vierem a ser promulgadas ou entrarem em vigor no curso da vigência do contrato.

5.4.2.17. Responsabilizar-se pela permanente manutenção da validade da documentação jurídica, fiscal, ambiental, sanitária, trabalhista, previdenciária, técnica e econômico-financeira



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

da empresa, em observância à periodicidade prevista na legislação vigente.

5.4.2.18. Submeter aos fiscais do contrato os Planos de Providências e de Contingências, respeitando o seguinte: no Plano de Providências constarão as medidas que serão adotadas para atendimento aos empregados da contratada no caso de acidente do trabalho ou da ocorrência de mal súbito. No Plano de Contingência conterà a indicação dos seus profissionais responsáveis pelo atendimento a situações de emergência com os telefones fixos, celulares, rádios, etc, que permitam comunicação imediata e eficaz nos procedimentos de prevenção e combate a sinistros, dentre outros que se mostrarem necessários. Tais profissionais deverão ser facilmente localizáveis por meio de telefones fixos, celulares ou e-mail, para atendimento a chamados do Contratante, inclusive fora do horário de funcionamento das Unidades de Copeiragem (UCs), com o fim de acudir a situações imprevisíveis e urgentes, inclusive sendo imperioso disponibilizar um contato com familiar ou pessoa próxima para acionamentos em casos de emergências de saúde ou acidentes de trabalho.

5.4.2.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, fornecendo os uniformes, crachás, distintivos e EPIs em quantidade e qualidade adequadas, com observância das especificações estabelecidas no presente documento de referência.

5.4.2.20. Submeter aos fiscais do contrato, antecipando-se ao início da execução contratual, Cronograma de Mobilização contendo as datas dos eventos adiante alinhados inclusive o cronograma de realização dos exames admissionais.

5.4.2.21. Entregar, para exame e aceitação ou recusa dos fiscais, as amostras dos crachás, distintivos, uniformes e EPIs, que integrarão o acervo da fiscalização.

5.4.2.22. Entregar os uniformes, crachás, distintivos e EPIs aos colaboradores, devendo ser seguidos os exemplos deste Termo de Referência.

5.4.2.23. A Contratada responderá pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, e arcará com o ônus de indenizar todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem à UENF ou a terceiros, obrigando-se a repor desvios, desperdícios, perdas ou quaisquer outros prejuízos que venham a ocorrer.

5.4.2.24. A Contratada responderá pela má utilização dos bens (material, utensílios e equipamentos) disponibilizados pelo Contratante para a realização dos serviços, obrigando-se a repor quaisquer desvios, desperdícios, perdas ou danos à Administração, bem como a terceiros.

5.4.2.25. A Contratada reparará, corrigirá, substituirá ou restaurará, a suas expensas e com presteza, os danos ocorridos na execução dos serviços.

5.4.2.25.1. Nas hipóteses de risco à incolumidade e à continuidade dos serviços; de transtornos às rotinas da universidade ou de afetação aos aspectos de segurança dos prédios da UENF, o fiscal poderá reduzir ou aumentar o prazo para conclusão do reparo.

5.4.2.25.2. Mediante solicitação expressa e fundamentada da Contratada, o fiscal



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

poderá, em atenção à complexidade do reparo a realizar, fixar prazos diferenciados.

5.4.2.25.3. Os reparos, correções, substituições e restaurações de objetos extraviados, destruídos ou danificados atenderão ao padrão de qualidade fixado neste documento de referência e serão previamente submetidos à aprovação do fiscal.

5.4.2.25.4. O Contratante poderá, a seu critério, descontar o valor da indenização no faturamento ou na garantia oferecida, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, mediante procedimento apuratório com todas as garantias do devido processo legal.

5.4.2.26. Planejar, executar e supervisionar permanentemente os serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, com consumo otimizado de energia elétrica e água, realizando todas as tarefas de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em ordem e em perfeitas condições de higiene as Unidades de Copeiragem (UCs) ou as dependências em que forem prestados os serviços.

5.4.2.27. Zelar pela limpeza e conservação do mobiliário, máquinas e equipamentos, colocados à disposição para execução dos serviços e quaisquer outras peças pertencentes à Administração.

5.4.2.28. Identificar todos os equipamentos e utensílios de sua propriedade para que não sejam confundidos com similares de propriedade da Administração, e responsabilizar-se pela sua guarda e conservação nos locais designados pelo Contratante.

5.4.2.29. Manter o contingente laborativo no quantitativo adequado à prestação das atividades, promovendo, para tanto, as substituições de profissionais, atendido o perfil profissiográfico exigido, em prazo hábil a resguardar-se a incolumidade, a continuidade, a pontualidade dos serviços, dentro dos prazos estabelecidos pelo Fiscal do Contrato.

5.4.2.30. Executar todos os serviços sob as condições que atendam às determinações constantes nas Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho.

5.4.2.31. Assumir as responsabilidades previstas e exigidas em lei, no caso de acidente de trabalho ou mal súbito, com a adoção das medidas devidas e necessárias, comunicando a ocorrência ao fiscal do contrato.

5.4.2.32. Providenciar aos seus empregados as entregas sucessivas dos benefícios de alimentação e transporte até a véspera do último dia coberto pela entrega anterior.

5.4.2.32.1. A contratada efetivará a provisão dos benefícios com a antecedência necessária para disponibilizar, em tempo hábil, o devido crédito nos instrumentos (cartões) utilizados pelos beneficiários.

5.4.2.33. Entregar, aos responsáveis pela execução dos serviços em cada Unidade de Copeiragem (UC), uma cópia da relação dos serviços a serem executados, conforme definições deste Termo de Referência, mediante recibo.

5.4.2.34. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante, seguindo as orientações da Prefeitura da UENF.

5.4.2.35. Selecionar seus empregados, avaliando sua aptidão psicológica e profissional,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

inclusive no tocante à comprovação dos requisitos técnicos exigidos.

5.4.2.35.1. A contratada recrutará, selecionará e treinará os profissionais que prestarão os serviços, sem qualquer ônus para o Contratante.

5.4.2.36. Responder pela frequência dos seus empregados, exercendo controle sobre sua assiduidade e pontualidade, bem como garantindo a presença de pessoal suficiente à execução dos serviços.

5.4.2.37. Responder pela boa apresentação de seus empregados, sempre trajando uniformes completos e em perfeitas condições, e identificados pelo uso permanente do crachá durante a jornada.

5.4.2.38. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados para redução do consumo de energia elétrica e de água, bem como da geração e do descarte dos resíduos no desempenho de suas atividades laborais, observadas as normas ambientais vigentes.

5.4.2.38.1. Independentemente do referido programa interno, a contratada instruirá continuamente os seus empregados para que operem racionalizando o consumo de energia elétrica e de água, com a adoção de práticas diversas, a exemplo de acender as luzes apenas das áreas que estiverem sendo ocupadas, dentre outras.

5.4.2.38.2. Os treinamentos da equipe de copeiragem serão realizados pela Contratada, sem ônus ao Contratante, e fiscalizados pelos fiscais do contrato.

5.4.2.38.3. Os treinamentos serão sem ônus à Contratante, conforme detalhamento deste Termo de Referência.

5.4.2.38.4. Os treinamentos deverão ser realizados em local disponibilizado pelo Contratante.

5.4.2.39. Comunicar imediatamente ao fiscal quaisquer irregularidades observadas no decorrer da jornada de trabalho, tais como vazamentos, ausência de ralos, lâmpadas queimadas ou piscando, tomadas e espelhos soltos, pisos soltos que possam causar acidentes, etc, no interior das unidades de Copeiragem.

5.4.2.40 Atender prontamente às solicitações e às exigências do fiscal, do gestor e do agente administrativo quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive fornecendo ao Contratante qualquer informação e promovendo acesso à documentação concernente aos serviços em execução.

5.4.2.41. Não se eximir de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes do termo de referência, independentemente da atuação do fiscal do contrato.

5.4.2.42. A Contratada selecionará e treinará os profissionais alocados no contrato para que tenham conhecimento das normas e procedimentos sanitários aplicáveis aos serviços, bem como o domínio das habilidades sociais e dos valores adequados ao ambiente institucional, a exemplo da discrição e da polidez; da responsabilidade e do comprometimento com os princípios do trabalho; do dinamismo e da organização; e da capacidade para trabalhar com equipes de diferentes formações.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

5.4.2.43. A Contratada manterá atualizado o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) individualizado, conforme os aspectos operacionais, ambientais e biológicos, de acordo com as atribuições de cada categoria profissional.

5.4.2.44. A CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a expedição do memorando de início da execução ou documento equivalente, plano de saúde na modalidade coletivo empresarial para adesão dos empregados, caso queiram, com desconto integral em contracheque, com abrangência territorial mínima, no Estado do Rio de Janeiro, salvo disposição contrária em convenção coletiva.

5.4.2.45. A CONTRATADA estará livre para escolher a operadora e os tipos de cobertura a serem oferecidos aos empregados, e não suportará qualquer ônus direto decorrente dessa obrigação, sendo as mensalidades custeadas integralmente por meio de desconto no contracheque do empregado, salvo disposição contrária em convenção coletiva.

5.4.3. Obrigações do Órgão Gerenciador

Não se aplica a esta contratação.

5.5. Mecanismos de comunicação a serem estabelecidos

A contratada deverá manter canais de atendimento durante a vigência do contrato, por meio de plataforma telefônica e/ou sítio de internet, dentro das condições necessárias ao atendimento dos níveis de serviço exigidos.

5.5.1. Comunicações do Contratante com os agentes da execução contratual

As comunicações deverão ocorrer por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.5.2. Comunicações da Contratada com os agentes da execução contratual

As comunicações deverão ocorrer por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.5.3. Comunicações do Órgão Gerenciador com os agentes da execução contratual

Não se aplica a esta contratação.

5.6. Critérios de medição por Acordo de Nível de Serviço

(inciso IV, 'e' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Nos casos de identificação de descumprimento de responsabilidades por parte da



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

contratada, não obstante as supressões/reduções refletidas sobre os valores efetivamente pagos à contratada quando do faturamento dos serviços, fica estabelecido no Quadro a seguir, a dosimetria a ser aplicada quanto ao ajuste de pagamento, decorrente de indicadores de qualidade dos serviços insuficientes.

Constatando-se a execução de serviços com os descumprimentos, na forma especificada, com índices de qualidade inferiores a 90%, a contratada estará sujeita aos descontos estabelecidos nas Tabelas 6 e 7.

TABELA 6 - INDICADOR FALTAS		
Finalidade	Manutenção da continuidade dos serviços executados.	
Meta	Cumprimento da cobertura dos serviços	
Instrumento de Medição	Folhas de ponto	
Forma de Acompanhamento	Fiscalização contratual, mensalmente	
Mecanismo de Cálculo	Índice de Demanda Atendida = (QFNC/QDT) *100 Onde:QFNC = quantitativo de faltas sem cobertura QTDE = total de dias trabalhados por todo efetivo no mês de referência (total de dias úteis X número de postos de serviço implantados)	
Desconto por Faltas não cobertas		
Percentual Demanda Atendida	Desconto (%)	Incidência
Entre 90% até 100%	0,00%	Mensal
Entre de 85% até 89%	3,00%	Mensal
Entre de 80% até 84%	6,00%	Mensal



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Entre de 75% até 79%	8,00%	Mensal
Abaixo de 75%	10,00%	Mensal

TABELA 7 - INDICADOR ENTREGA DE MATERIAIS

Finalidade	Manter o suprimento de materiais essenciais à execução dos serviços.	
Meta	Disponibilidade de insumos	
Instrumento de Medição	Comprovantes de entrega mensais	
Forma de Acompanhamento	Fiscalização contratual, mensalmente	
Mecanismo de Cálculo	Índice de Demanda Atendida = Quantidade de dias em atraso, no mês de referência	
Desconto por não entrega de materiais		
Dias de Demanda não Atendida	Desconto (%)	Incidência
Até 2 dia	0,00%	Mensal
de 3 a 4 dias	2,00%	Mensal
de 5 a 6 dias	4,00%	Mensal
de 7 a 9 dias	6,00%	Mensal
Acima de 9 dias	10,00%	Mensal



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Nota de Esclarecimento:

- a) A aplicação do desconto não desonera a contratada de realizar as retificações que se fizerem necessárias para correção de imperfeições verificadas na execução dos serviços.
- b) O desconto incidirá sobre o valor da fatura mensal, relativa ao mês em que foi apurada a infração.
- c) A incidência do desconto não exclui a aplicabilidade de sanções administrativas previstas neste termo de referência e no instrumento contratual.

5.7. Recebimento provisório e definitivo do objeto

A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

5.7.1. No prazo de até 5 dias úteis do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

5.7.2. O recebimento dos serviços deve ser realizado conforme o disposto no normativo vigente, e em consonância com as regras definidas no ato convocatório.

5.7.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.7.4. O recebimento será realizado pela Comissão de Fiscalização designada pela Autoridade competente, respeitando-se o quantitativo mínimo de membros da fiscalização, conforme previsto na legislação competente.

5.7.5. Ao final de cada período mensal, o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório.

5.7.6. Ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior ao da prestação dos serviços.

5.7.7. Será elaborado relatório circunstanciado, com registro, análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, o qual será encaminhado ao gestor do contrato.

5.7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter registro, análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.7.9. O recebimento do objeto contratado, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo fiscal do contrato e se dará:

- Provisoriamente, após o acolhimento do conjunto de documentos obrigatórios por



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

meio de termo circunstanciado, elaborado em até 3 (três) dias úteis a contar do recebimento da documentação, e

- Definitivamente quando da aceitação efetiva com atesto de que os serviços foram prestados e com a avaliação do cumprimento das obrigações, em até 15 dias corridos a contar da data do recebimento.

5.7.10. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

5.7.11. O fiscal emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base nas medições definidas no Edital.

5.7.12. O recebimento do objeto desta contratação será realizado, pelo fiscal, ao final de cada período mensal por meio da análise da documentação encaminhada pela CONTRATADA, momento no qual será aferida toda a medição com a respectiva documentação comprobatória da execução dos serviços, de forma que seja realizada a conferência de sua conformidade com as especificações do contrato e da proposta, apurando o valor correto a ser pago e a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

5.7.13. No caso de consideradas insatisfatórias alguma das condições de execução referidas neste Termo de Referência será lavrado um Termo de Recusa, no qual se consignará as desconformidades, para devida correção.

5.7.14. Após a notificação de que trata o subitem anterior, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.

5.7.15. Com vistas ao subitem anterior, o fornecedor terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para providenciar a correção do serviço, a partir da comunicação da fiscalização da UENF.

5.7.16. Caso a correção não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no edital.

5.7.17. Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, assinado por Comissão ou Servidor designado, o qual poderá ser substituído pela atestação no verso da nota fiscal, efetuada por representante da UENF, considerando o valor dos serviços, de acordo com previsão legal.

5.8. Pagamento

(inciso IV, 'f' art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

5.8.1. Os pagamentos serão efetuados, mensalmente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado (atualmente Banco Bradesco S/A), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

5.8.2. No caso de o CONTRATADO estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro ou, caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de o CONTRATADO, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo CONTRATADO.

5.8.3. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, I, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 20, do Decreto nº 48.817/2023.

5.8.4. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

5.8.5. O CONTRATADO deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento à UENF, situada na Avenida Alberto Lamego, 2000, Parque Califórnia, CEP 28013-602 - Campos dos Goytacazes - RJ, na Prefeitura da UENF, ou para o endereço eletrônico indicado pela gestão ou fiscalização do contrato. A Nota Fiscal deve ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado previamente, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada, em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, na forma do art. 50 c/c o art. 121, § 3º, II, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 28, I a VII, §§ 2º e 3º, do Decreto no 48.817/2023:

- a) do registro de ponto;
- b) da comprovação de que está pagando as verbas salariais, incluídos adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado, décimo terceiro salário e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas ou retiradas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- c) da comprovação de que está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação, na forma prevista na norma coletiva;
- d) da anotação das Carteiras de Trabalho e Previdência Social;
- e) do recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- f) do recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data de extinção do contrato;
- g) comprovante de depósito do FGTS, acompanhado de:

g1) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela Internet, no valor apurado na GFIP.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

g2) A vinculação da GRF com a GFIP encaminhada será verificada a partir da verossimilhança do código barras da Guia de Recolhimento do FGTS e daquele contido nas páginas componentes do arquivo SEFIP.

h) Informações à Previdência Social (GFIP), referente ao mês anterior ao da prestação dos serviços, representada e acompanhada pela seguinte documentação:

h1) Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social, cujo Número Referencial do Arquivo (NRA) corresponda ao conteúdo do campo "No Arquivo" dos relatórios gerados no fechamento do movimento, com a finalidade de garantir que tais relatórios referem-se ao protocolo de envio;

h2) Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP – RE, que conste todos os empregados vinculados ao Contrato e que prestaram serviços nas dependências da CONTRATANTE, inclusive em caráter temporário, durante esse período;

h3) Cópia do Resumo das Informações à Previdência Social Constantes no Arquivo SEFIP;

h4) Cópia do Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos;

h5) Cópia da Guia da Previdência Social, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela Internet, no valor apurado na GFIP;

i) cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação de serviços; e

j) Comprovante de pagamento das 1ª e 2ª parcelas do 13º salário de todos os colaboradores que prestam serviço nas dependências do CONTRATANTE, referentes aos meses de adimplemento dessas obrigações.

5.8.6. Recebidos os documentos mencionados no item 5.8.5., o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;

b) se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação; e

c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.8.7. Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique as provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

5.8.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.8.9. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

5.8.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação, ressalvado o disposto no art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, no art. 29, I, do Decreto nº 48.817/2023 e no Termo de Referência.

5.8.11. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

5.8.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

5.8.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.8.14. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8.15. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime, tendo em vista tratar-se de contratação que envolve cessão ou alocação de mão de obra (art.17, §1º, XII da LC 123/2006), cuja atividade não figura no rol de exceções indicadas no §5º - C do art.18 da LC 123/2006.

5.8.16. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao CONTRATADO, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*.

5.8.17. O CONTRATADO deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas a, b, c, d e e, do §1º, do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

5.8.18. Os pagamentos serão realizados com base nos serviços efetivamente prestados, levando-se em consideração o valor unitário de cada posto de trabalho contratado, de acordo com o preço mensal ofertado pela contratada junto a sua planilha de custos e formação de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

preços, incluídos todos os custos inerentes à perfeita execução, tendo como metodologia de avaliação da qualidade do serviço.

5.8.19. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, após o recebimento definitivo do objeto, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

5.8.20. O pagamento dos serviços efetivamente realizados será efetuado pela UENF mediante comprovação por apresentação em arquivo digital da Nota fiscal e de todos os documentos necessários à sua composição.

5.8.21. Quando ocorrer admissão ou demissão de pessoal, será necessário apresentação de relatório acompanhado dos exames médicos admissionais e demissionais dos empregados, das cópias das carteiras de trabalho, com os registros feitos pela empresa e, nos casos de demissão, dos Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho, das notificações de aviso prévio, da Guia do Recolhimento Rescisório do FGTS, com demonstrativo do Trabalhador de recolhimento de tal encargo e respectivo extrato atualizado do FGTS.

5.8.22. A CONTRATANTE, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa a comprovação da situação de regularidade dos depósitos referentes ao FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias, por empregado.

5.8.23. Na forma da legislação em vigor e deste Instrumento, o CONTRATANTE poderá efetuar o desconto no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, garantido em todos os casos o direito do contraditório e da ampla defesa, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) Não produziu os resultados acordados.
- b) Deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida.
- c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com a quantidade inferior à demandada.

5.8.24. Constatando-se qualquer situação de irregularidade com relação aos documentos de habilitação da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

5.8.25. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

5.8.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

5.8.27. A liberação do pagamento ficará, ainda, condicionada à comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA, por meio da apresentação dos documentos relacionados no contrato e na lei, além daqueles abaixo relacionados:

- a) Certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional, quanto aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados.
- b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.
- c) Certidão de Regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro/RJ.
- d) Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS).
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas da Justiça do Trabalho – CNDT.

5.8.28. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

5.8.29. No caso de irregularidades apenas no que concerne às condições de habilitação, assegurado em todas as condições os direitos trabalhistas, tendo a empresa CONTRATADA prestado efetivamente a execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, observados os eventuais descontos, glosas e ou multas, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

5.8.30. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato com a CONTRATADA inadimplente.

5.8.31. O pagamento mensal do serviço deverá observar estritamente os encargos relacionados na proposta de formação de preços, conforme os quantitativos e locais especificados neste Instrumento e PLANILHAS DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇO, anexa ao Edital.

5.8.32. O período de faturamento compreende do primeiro ao último dia do mês calendário em que o serviço foi prestado, considerando para efeito de pagamento o mês comercial de 30 (trinta) dias.

5.8.33. Caso a execução ocorra durante apenas parte do período do mês comercial, o faturamento será proporcional a esta fração. No primeiro e no último mês de vigência do Contrato, os valores serão rateados à base de 1/30 (um trinta avos), por dia, do valor mensal.

5.9. Termo de Encerramento do Contrato e Prestação de Contas

Documento a ser elaborado oportunamente pelo Setor de Contratos da UENF - SETCONT, na forma do art. 23 do Decreto nº 48.817/2023.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

5.10. Boas Práticas

Os agentes responsáveis pela gestão, acompanhamento e fiscalização do contrato deverão, ao longo da vigência contratual, exercer um acompanhamento zeloso, tendo por finalidade verificar e exigir que a Contratada atue respeitando todos os aspectos técnicos, a legislação vigente e as normas técnicas, de modo a garantir um produto final com a qualidade compatível e desejada.

6. REMUNERAÇÃO DO OBJETO

A Contratada deverá providenciar o faturamento mensalmente, após a efetiva realização dos serviços e cumprimento das obrigações contratuais, o que será fiscalizado e aprovado pela Equipe de Fiscalização, com o devido encaminhamento para pagamento, nos termos do Item 5.8 deste Termo de Referência.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

(inciso VI, 'a' e art. 17 Decreto nº 48.816/2023)

Será utilizado o instrumento de Licitação por Pregão Eletrônico, nos termos do art. 6º, inciso XLI e do art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Estaduais nº 48.816/2023 e 48.778/2023.

O julgamento será com base no **menor preço global por lote**, conforme o art. 8º do Decreto Estadual nº 48.778/2023 e a Lei Federal nº 14.133/2021, com modo de disputa aberto e fechado.

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios constantes do Art. 60 da Lei 14.133/2021. Serão observados os critérios de julgamento conforme o Capítulo V da Lei nº 14.133/2021.

8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou contratado estará sujeito às penalidades na forma dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os procedimentos e dúvidas terão como diretrizes o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo os casos omissos resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, observando os princípios que norteiam o agir da Administração Pública.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

Os casos omissos ou eventuais dúvidas serão resolvidos pela Comissão de Fiscalização, a quem caberá deliberar sobre o assunto.

10. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

10.1. Equipe de Planejamento da Contratação:

Nome: Kátia da Silva Vianna Menezes
Cargo: PNS - Analista de Planejamento em Material
ID Funcional: 639972-0
Telefone: 22-27486064
E-mail: katia@uenf.br

Nome: Oscar Alfredo Paz La Torre
Cargo: Professor Associado - Secretário Geral
ID Funcional: 4252897-6
Telefone: 22-27397069
E-mail: oscar@uenf.br

Nome: Tânia Virgínia de Souza e Silva
Cargo: Assessora da Reitoria



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

ID Funcional: 4145120-1
Telefone: 22-27397002
E-mail: taniavs@uenf.br

11. APÊNDICES

Anexo I - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços